



Anexo

Balanço Geral da União

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

20114 Advocacia-Geral da União

0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

GERENTE: ROSANGELA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Objetivo: Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo

2672 (A) CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO PODER EXECUTIVO

Produto:	DOCUMENTO PRODUZIDO	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	15.554,0	15.554,0	100,0 %	2.608,0	8.709,0	333,9 %
Financeiro	3.464.781	2.471.439	71,3 %	979.000	312.549	31,9 %

Comentários:

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União (0001) Físico (8.709,0) Financeiro (R\$ 312.549)
Dentre os vários trabalhos realizados pelas unidades responsáveis pela ação 2672 - Consultoria e Assessoramento Jurídico ao poder Executivo, destacamos o Livro do Cidadão, Legislação da AGU e Normas da AGU - atualizado mensalmente, disponíveis no Site da AGU. São Obras indispensáveis aos trabalhos realizados na AGU e de grande procura e interesse do cidadão.
Destacamos, ainda, o bom resultado junto ao STF onde todas as informações foram protocoladas dentro do prazo judicial estabelecido. O assessoramento jurídico foi prestado a contento e tempestivamente. Embora, no período de janeiro a Abril de 2003, não houve nenhuma decisão judicial final.
A SG-CS E CGU, unidades responsáveis pela referida ação, em 2003 superaram suas metas em mais de 200%, prova da boa atuação dos seu integrantes que, entre outros trabalhos, destaca-se as suas obras publicadas em 2002 e atualizadas em janeiro, julho e novembro de 2003, são elas: Livro do Cidadão, Legislação da AGU e Normas da AGU.
A CGU, considera que os resultados obtidos no ano de 2003 foram satisfatórios tendo em vista, que todos os prazos foram cumpridos dentro do estabelecido por lei e pelo Tribunal. A avaliação da ação 2672 é sistematica passando pela supervisão do Consultor-Geral da União e aprovação do Sr. Advogado-Geral da União.
Vale ressaltar que a quantidade informada em dezembro/2003 e resultado do total de documentos produzidos durante o ano pela CGU, somado aos documentos produzidos pela SG-CS produzidos no 3º quadrimestre. Os dados informados em abril e agosto/2003, são referentes aos documentos produzidos apenas pela SG-CS.

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União (0001) Físico (8.709,0) Financeiro (R\$ 312.549)
Dentre os vários trabalhos realizados pelas unidades responsáveis pela ação 2672 - Consultoria e Assessoramento Jurídico ao poder Executivo, destacamos o Livro do Cidadão, Legislação da AGU e Normas da AGU - atualizado mensalmente, disponíveis no Site da AGU. São Obras indispensáveis aos trabalhos realizados na AGU e de grande procura e interesse do cidadão.
Destacamos, ainda, o bom resultado junto ao STF onde todas as informações foram protocoladas dentro do prazo judicial estabelecido. O assessoramento jurídico foi prestado a contento e tempestivamente. Embora, no período de janeiro a Abril de 2003, não houve nenhuma decisão judicial final.
A SG-CS E CGU, unidades responsáveis pela referida ação, em 2003 superaram suas metas em mais de 200%, prova da boa atuação dos seu integrantes que, entre outros trabalhos, destaca-se as suas obras publicadas em 2002 e atualizadas em janeiro, julho e novembro de 2003, são elas: Livro do Cidadão, Legislação da AGU e Normas da AGU.
A CGU, considera que os resultados obtidos no ano de 2003 foram satisfatórios tendo em vista, que todos os prazos foram cumpridos dentro do estabelecido por lei e pelo Tribunal. A avaliação da ação 2672 é sistematica passando pela supervisão do Consultor-Geral da União e aprovação do Sr. Advogado-Geral da União.
Vale ressaltar que a quantidade informada em dezembro/2003 e resultado do total de documentos produzidos durante o ano pela CGU, somado aos documentos produzidos pela SG-CS produzidos no 3º quadrimestre. Os dados informados em abril e agosto/2003, são referentes aos documentos produzidos apenas pela SG-CS.

2673 (A) CORREIÇÕES NOS ÓRGÃOS JURÍDICOS DA AGU E VINCULADOS

Produto:	CORREICAO REALIZADA	Unidade de Medida:	UNIDADE			
Físico	558,0	406,0	72,8 %	135,0	69,0	51,1 %
Financeiro	1.704.810	1.135.643	66,6 %	475.500	60.324	12,7 %

Comentários:

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União (0001) Físico (69,0) Financeiro (R\$ 60.324)
Vale ressaltar que no primeiro quadrimestre de 2003, além das correções apontadas acima, encontra-se em andamento mais outros 35 procedimentos correicionais. Os resultados são considerados satisfatórios, considerando-se as restrições orçamentárias de 2003. Tendo em vista os entraves financeiro foram priorizados a instauração de diversos procedimentos disciplinares e a avaliação dos membros da AGU em estágio confirmatório.
No segundo quadrimestre de 2003 foram realizadas 26 (vinte e seis) correções e ainda se encontram em andamento 5 procedimentos correicionais. Também foram elaboradas no período 29 (vinte e nove) notas técnicas.
O resultado alcançado no segundo quadrimestre de 2003 foi considerado satisfatório, em função das restrições orçamentárias. além das correções e notas técnica informadas ainda foram realizados 6 (seis) novos procedimentos disciplinares e emitidos 3 (três) relatórios de confirmação de 46 (quarenta e seis) Advogados da União e 2 (dois) relatórios de confirmação de 325 (trezentos e vinte e cinco) Procuradores da Fazenda Nacional.
Promover correções nos órgãos jurídicos da AGU, visando à verificação da regularidade e da eficácia dos serviços prestados e proposição de medidas corretivas, fiscalizar as atividades funcionais, apreciar representação e instaurar sindicância ou processos administrativos, relativamente aos membros da AGU; coordenar o estágio confirmatório dos integrantes das carreiras da AGU e emitir pareceres sobre o desempenho daqueles submetidos aos estágio probatório opinando fundamentadamente por sua confirmação no cargo ou exoneração.
Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União - AGU (0001) Físico (69,0) Financeiro (R\$ 60.324)
Vale ressaltar que no primeiro quadrimestre de 2003, além das correções apontadas acima, encontra-se em andamento mais outros 35 procedimentos correicionais. Os resultados são considerados satisfatórios, considerando-se as restrições orçamentárias de 2003. Tendo em vista os entraves financeiro foram priorizados a instauração de diversos procedimentos disciplinares e a avaliação dos membros da AGU em estágio confirmatório.
No segundo quadrimestre de 2003 foram realizadas 26 (vinte e seis) correções e ainda se encontram em andamento 5 procedimentos correicionais. Também foram elaboradas no período 29 (vinte e nove) notas técnicas.
O resultado alcançado no segundo quadrimestre de 2003 foi considerado satisfatório, em função das restrições orçamentárias. além das correções e notas técnica informadas ainda foram realizados 6 (seis) novos procedimentos disciplinares e emitidos 3 (três) relatórios de confirmação de 46 (quarenta e seis) Advogados da União e 2 (dois) relatórios de confirmação de 325 (trezentos e vinte e cinco) Procuradores da Fazenda Nacional.
Promover correções nos órgãos jurídicos da AGU, visando à verificação da regularidade e da eficácia dos serviços prestados e proposição de medidas corretivas, fiscalizar as atividades funcionais, apreciar representação e instaurar sindicância ou processos administrativos, relativamente aos membros da AGU; coordenar o estágio confirmatório dos integrantes das carreiras da AGU e emitir pareceres sobre o desempenho daqueles submetidos aos estágio probatório opinando fundamentadamente por sua confirmação no cargo ou exoneração.

5433 (P) IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES JURÍDICAS

Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida:	% DE EXECUCAO FISICA
----------	--------------------	--------------------	----------------------

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
Ação:						

20114 Advocacia-Geral da União

Físico	96,0	90,0	93,8 %	10,0	10,0	100,0 %
Financeiro	10.028.651	10.028.651	100,0 %	3.358.000	2.386.355	71,1 %

Comentários:

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União (0001) Físico (10,0) Financeiro (R\$ 2.386.355)

Para 2003 está previsto a meta física de implantação dos 10% restantes do Módulo Básico do SICAU.

Entretanto a renegociação do Contrato com a DATAPREV e o contingenciamento orçamentário aplicado ao projeto interferiu na execução das atividades. a informação repassada pela SGAGU, que no primeiro quadrimestre de 2003, o orçamento previsto inicialmente, destinado ao projeto foram contingenciados e que foram redirecionados de outras fontes o valor de R\$ 700.000,00 para atendimento das demandas imprescindíveis no primeiro semestre. em virtude deste fato todo o plano de ação foi reprogramado em sua execução. Contudo, a meta estabelecida na quantidade de funções implantadas, as funcionalidades disponibilizadas estão agradando os usuários.

No segundo quadrimestre o fator que mais contribuiu para um resultado satisfatório foi o descontingenciamento orçamentário, que proporcionou melhor organizar as estratégias e reavaliar as metas estabelecidas para execução da ação.

A contemplação da gerência Executiva do SICAU na nova estrutura proposta pela AGU, possibilitou organizar e estruturar melhor as equipes de trabalho, melhorando a perspectiva de alcance dos objetivos.

A ação 5433, é avaliada em reuniões mensais pela Comissão deliberativa do SICAU onde são deliberados todos os atos relativos à ação.

No terceiro quadrimestre de 2003, foi implantado o SICAUNet da seguinte forma:

a) Procuradorias da União - O ano de 2003 foi iniciado com o sistema SICAU implinadado em 54 Procuradorias da União. A PRU/RJ passou a utilizar o SICAUNet, somente, a partir de agosto/2003, por não haver naquela unidade, infra-estrutura de rede adequada para acesso ao sistema, era utilizado versão local do SICAU.

b) Procuradorias Federais - Foi aprovado pela Comissão Deliberativa, o cronograma para implantação do SICAU em todas Procuradorias Especializadas do INSS, cuja atividade se encontra sob a coordenada do Grupo técnico especializado do INSS - GTE-INSS. Concomitantemente foi constituído grupo de trabalho no IBAMA para implantação do sistema nas Procuradorias que atuavam junto àquela autarquia. A Procuradoria-Geral Federal, por intermédio do grupo Técnico Especializado da PGF - GTE-PGF, tem estabelecido contato com as demais Procuradorias federais para definir a melhor estratégia de implantação em cada uma delas.

Em 2003, passaram a fazer uso do sistema SICAU às seguintes Procuradorias:

- 1) PGF - Procuradoria-Geral Federal/DF PRF;
- 2) - Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região/SP PRF;
- 3) - Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região/RS PRF;
- 4) - Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região/PE;
- 5) - PF/CE - Procuradoria Federal do Ceará/CE;
- 6) - PFE/IBAMA - Procuradoria federal Especializada junto ao IBAMA/DF; e
- 7) - Procuradoria dos Tribunais Superiores da PFE - INSS/DF.

C) Procuradorias da Fazenda Nacional já ocorreram três reuniões com a adjunta do Procurador Federal - Dra. Telma Brandão - a qual vem manifestando interesse na utilização do sistema. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN está representada na Comissão Deliberativa do SICAU pelo Dr. André Luis da Silva Cristino. a elaboração do cronograma está condicionada à conclusão da adequação na infra-estrutura do ambiente central de processamento na DATRAPREV.

d) Consultorias Jurídicas - O grupo Técnico especializado da Consultoria-Geral da União - GTE/CGU, está definindo o módulo consultivo do SICAU, com a participação das Consultorias do Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social e Ministério do Planejamento. Este grupo tem também o objetivo de implantar o SICAU em todas as Consultorias Jurídicas dos Ministérios e nos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ, implantados ou em fase de implantação. Já estão utilizando o SICAU a Consultoria-Geral da União e a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento.

Difficultades: Morosidade para a viabilização da infra-estrutura no ambiente central de processamento da DATAPREV, em particular os novos equipamentos e o acesso a INTERNET. Falta de padronização de infra-estrutura na AGU, envolvendo rede, equipamentos de informática, recursos humanos, etc. Ausência de ferramentas de gerência no ambiente da DATAPREV que permitam melhor gestão e controle do processo.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Avaliando os resultados obtidos, não só neste 3º quadrimestre de 2003, mas de todo o ano, considerando o contingenciamento orçamentário, os resultados ficaram aquém do esperado.

Avaliando a qualidade das informações pertinentes aos principais resultados obtidos no ano de 2003, pode-se considerar que a confiabilidade das informações estão acima de 60%, bem como a tempestividade das informações que, também, supera a referida marca.

A gerência do SICAU, considera que todo processo para formulação de estratégias seguiram as diretrizes de governo, bem como, as da ação 5433 - Implantação de Sistema de Informações Jurídicas, integrante do Programa de Defesa Jurídica da União.

Todas as atividades inerentes ao planejamento e definição de estratégias são realizadas pela Comissão Deliberativa instituída pelo Senhor Ministro através da Portaria AGU 081/2003 de 14/02/2003. As atividades inerentes ao apoio e operacionalização do sistema SICAU são realizadas pela Gerência Executiva do SICAU. Com o objetivo de definir e especificar melhorias e novas implementações no sistema SICAU e operacionalizar as decisões da comissão deliberativa, foram criados os Grupos Técnicos Específicos

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União - AGU (0001) Físico (10,0) Financeiro (R\$ 2.386.355)

Para 2003 está previsto a meta física de implantação dos 10% restantes do Módulo Básico do SICAU.

Entretanto a renegociação do Contrato com a DATAPREV e o contingenciamento orçamentário aplicado ao projeto interferiu na execução das atividades. a informação repassada pela SGAGU, que no primeiro quadrimestre de 2003, o orçamento previsto inicialmente, destinado ao projeto foram contingenciados e que foram redirecionados de outras fontes o valor de R\$ 700.000,00 para atendimento das demandas imprescindíveis no primeiro semestre. em virtude deste fato todo o plano de ação foi reprogramado em sua execução. Contudo, a meta estabelecida na quantidade de funções implantadas, as funcionalidades disponibilizadas estão agradando os usuários.

No segundo quadrimestre o fator que mais contribuiu para um resultado satisfatório foi o descontingenciamento orçamentário, que proporcionou melhor organizar as estratégias e reavaliar as metas estabelecidas para execução da ação.

A contemplação da gerência Executiva do SICAU na nova estrutura proposta pela AGU, possibilitou organizar e estruturar melhor as equipes de trabalho, melhorando a perspectiva de alcance dos objetivos.

A ação 5433, é avaliada em reuniões mensais pela Comissão deliberativa do SICAU onde são deliberados todos os atos relativos à ação.

No terceiro quadrimestre de 2003, foi implantado o SICAUNet da seguinte forma:

a) Procuradorias da União - O ano de 2003 foi iniciado com o sistema SICAU implinadado em 54 Procuradorias da União. A PRU/RJ passou a utilizar o SICAUNet, somente, a partir de agosto/2003, por não haver naquela unidade, infra-estrutura de rede adequada para acesso ao sistema, era utilizado versão local do SICAU.

b) Procuradorias Federais - Foi aprovado pela Comissão Deliberativa, o cronograma para implantação do SICAU em todas Procuradorias Especializadas do INSS, cuja atividade se encontra sob a coordenada do Grupo técnico especializado do INSS - GTE-INSS. Concomitantemente foi constituído grupo de trabalho no IBAMA para implantação do sistema nas Procuradorias que atuavam junto àquela autarquia. A Procuradoria-Geral Federal, por intermédio do grupo Técnico Especializado da PGF - GTE-PGF, tem estabelecido contato com as demais Procuradorias federais para definir a melhor estratégia de implantação em cada uma delas.

Em 2003, passaram a fazer uso do sistema SICAU às seguintes Procuradorias:

- 1) PGF - Procuradoria-Geral Federal/DF PRF;
- 2) - Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região/SP PRF;
- 3) - Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região/RS PRF;
- 4) - Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região/PE;
- 5) - PF/CE - Procuradoria Federal do Ceará/CE;
- 6) - PFE/IBAMA - Procuradoria federal Especializada junto ao IBAMA/DF; e
- 7) - Procuradoria dos Tribunais Superiores da PFE - INSS/DF.

C) Procuradorias da Fazenda Nacional já ocorreram três reuniões com a adjunta do Procurador Federal - Dra. Telma Brandão - a qual vem manifestando interesse na utilização do sistema. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN está representada na Comissão Deliberativa do SICAU pelo Dr. André Luis da Silva Cristino. a elaboração do cronograma está condicionada à conclusão da adequação na infra-estrutura do ambiente central de processamento na DATRAPREV.

d) Consultorias Jurídicas - O grupo Técnico especializado da Consultoria-Geral da União - GTE/CGU, está definindo o módulo consultivo do SICAU, com a participação

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004



Balanço Geral da União

Anexo

Realização Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2003 (B)	% (B/A)	LOA 2003 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2003 (D)	% (D/C)
--------------------	----------------------	------------------------------	------------	----------------------------	-----------------------	------------

20114 Advocacia-Geral da União

das Consultorias do Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social e Ministério do Planejamento. Este grupo tem também o objetivo de implantar o SICAU em todas as Consultorias Jurídicas dos Ministérios e nos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ, implantados ou em fase de implantação. Já estão utilizando o SICAU a Consultoria-Geral da União e a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento.

Dificultadores: Morosidade para a viabilização da infra-estrutura no ambiente central de processamento da DATAPREV, em particular os novos equipamentos e o acesso a INTERNET. Falta de padronização de infra-estrutura na AGU, envolvendo rede, equipamentos de informática, recursos humanos, etc. Ausência de ferramentas de gerência no ambiente da DATAPREV que permitam melhor gestão e controle do processo.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Avaliando os resultados obtidos, não só neste 3º quadrimestre de 2003, mas de todo o ano, considerando o contingenciamento orçamentário, os resultados ficaram aquém do esperado.

Avaliando a qualidade das informações pertinentes aos principais resultados obtidos no ano de 2003, pode-se considerar que a confiabilidade das informações estão acima de 60%, bem como a tempestividade das informações que, também, supera a referida marca.

A gerência do SICAU, considera que todo processo para formulação de estratégias seguiram as diretrizes de governo, bem como, as da ação 5433 - Implantação de Sistema de Informações Jurídicas, integrante do Programa de Defesa Jurídica da União.

Todas as atividades inerentes ao planejamento e definição de estratégias são realizadas pela Comissão Deliberativa instituída pelo Senhor Ministro através da Portaria AGU 081/2003 de 14/02/2003. As atividades inerentes ao apoio e operacionalização do sistema SICAU são realizadas pela Gerência Executiva do SICAU. Com o objetivo de definir e especificar melhorias e novas implementações no sistema SICAU e operacionalizar as decisões da comissão deliberativa, foram criados os Grupos Técnicos Específicos

2674 (A) REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIÃO

Produto:	PROCESSO JUDICIAL ANALISADO		Unidade de Medida:	UNIDADE		
Físico	2.828.928,0	2.828.928,0	100,0 %	600.000,0	1.004.156,0	167,4 %
Financeiro	37.428.373	37.428.373	100,0 %	11.518.419	9.136.215	79,3 %

Comentários:

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União (0001) Físico (1.004.156,0) Financeiro (R\$ 9.136.215)

Os resultados obtidos no primeiro quadrimestre do ano de 2003, estão dentro da projeção feita para o referido ano, embora algumas unidades não tenham utilizado devidamente o sistema de controle de ações em desenvolvimento. Falta treinamento e integração dos usuários com o grupo SICAU.

Destaca-se a boa integração e a melhoria nas relações de trabalho da AGU com as Cortes.

Com as novas diretrizes de utilização do SICAU - Sistema de controle de ações, Ação 5433, a confiabilidade das informações estão mais precisas e em constante aprimoramento, contudo ainda existe uma certa demora para envio da informação integral.

Vale ressaltar a importância de se criar uma estrutura para desenvolvimento do PPA na unidade, responsável por esta unidade e na instituição.

Nacional - Advocacia-Geral da União - AGU - Advocacia-Geral da União - AGU (0001) Físico (1.004.156,0) Financeiro (R\$ 9.136.215)

Os resultados obtidos no primeiro quadrimestre do ano de 2003, estão dentro da projeção feita para o referido ano, embora algumas unidades não tenham utilizado devidamente o sistema de controle de ações em desenvolvimento. Falta treinamento e integração dos usuários com o grupo SICAU.

Destaca-se a boa integração e a melhoria nas relações de trabalho da AGU com as Cortes.

Com as novas diretrizes de utilização do SICAU - Sistema de controle de ações, Ação 5433, a confiabilidade das informações estão mais precisas e em constante aprimoramento, contudo ainda existe uma certa demora para envio da informação integral.

Vale ressaltar a importância de se criar uma estrutura para desenvolvimento do PPA na unidade, responsável por esta unidade e na instituição.

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATÉ 31/12/2003

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIAFI - até 01/02/2004